

TRANSEXUALIDADE IMPRESSA: A CONSTRUÇÃO TEMPORAL DAS IDENTIDADES DAS MULHERES TRANS NA FOLHA DE S. PAULO

PUBLISHING TRANSEXUALITY: THE TIMELY BUILD OF THE TRANSGENDER WOMAN'S INDENTITY THROUGH FOLHA DE S. PAULO

Francinei de Oliveira Cardoso Filho **1**
Flávia Martins dos Santos **2**
Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira **3**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo mapear os sentidos e práticas discursivas ligadas à construção da identidade da mulher transexual ao longo do tempo no jornal Folha de S. Paulo. A discussão teórica se baseia nos conceitos de sexualidade, sexo, gênero, identidade e diferença, construção de sentido e mídia. Como resultado, compreendemos que a identidade da mulher transexual foi, e ainda é construída por meio de parâmetros estereotipados. Boa parte das informações veiculadas nos ajudam a compreender como a imagem é construída, tanto em uma perspectiva de criminalização das práticas dessas mulheres (ou dos médicos que fazem o procedimento) ou a partir da patologização e exotização desses corpos. Por outro lado, mais recentemente, muitas mulheres são apresentadas como "as primeiras" a receberem destaque, especialmente em suas áreas profissionais.

Palavras-chave: Transexualidade. Mulher Transexual. Produção de Sentidos. Práticas Discursivas. Mídia.

Abstract: This study aims to map the meanings and discursive practices linked to the building of an identity of the transgender woman over the time through the Folha de S. Paulo newspaper. The theoretical discussion is based on the concepts of sexuality, sex, gender, identity and differences, the building of meaning and the media. As a result we understand that the transgender woman's identity was, and still is, built through stereotyped parameters. A considered amount of information available helps us understand how the reputation is built through a criminal perspective of these women's activities (or from the doctors who play a role in their medical procedures), along with the pathologization and exoticization of those bodies. On the other hand, recently, even more women are considered "the pioneers" to receive some kind of attention, especially in their respective professional areas.

Keywords: Transsexuality. Transsexual Woman. Production of Meanings. Discursive Practices. Media.

Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Federal de Goiás **1**
(UFG). Aluno do Programa de Iniciação Científica da UFG.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8737695348865065>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1821-4782>.
E-mail: francinei.ufg@gmail.com

Doutora em Psicologia pela PUC Goiás. Mestre em Comunicação pelo **2**
PPGCOM FIC/UFG. Professora Adjunta do curso de Relações Públicas da FIC/
UFG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2615653825456912>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9710-8066>.
E-mail: flaviamartins21@ufg.br

Doutorando e mestre em comunicação pelo PPGCOM FIC/UFG. Lattes: **3**
<http://lattes.cnpq.br/0133337455673440>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4836-2222>.
E-mail: mayllon.lyggon@gmail.com

Introdução

Este trabalho tem como foco analisar a construção identitária da mulher transexual por meio das práticas discursivas em circulação no Jornal Folha de S. Paulo. Partindo de uma abordagem socioconstrucionista, buscamos um olhar temporal, levantando os conteúdos veiculados sobre mulheres transexuais no jornal desde suas edições iniciais na década de 1920 até 2020, a fim de avaliar como essas práticas e os sentidos delas decorrentes se formaram ao longo dos anos. Informações veiculadas no contexto midiático tendem a construir imagens representacionais de grupos da sociedade, moldando as identidades e produzindo efeitos concretos no comportamento e na vida das pessoas.

Desse modo, objetivamos mapear os sentidos e repertórios linguísticos¹ ligados à construção da identidade da mulher transexual ao longo do tempo no jornal Folha de S. Paulo; Identificar os sentidos produzidos no discurso midiático sobre a transexualidade e suas possíveis transformações ao longo do tempo e compreender como a construção da identidade da mulher transexual é desenvolvida e reforçada no discurso jornalístico.

Para a construção da análise, fizemos um levantamento bibliográfico de conceitos que guiem e possibilitem o entendimento das relações nas quais essas pessoas estão inseridas. Nesse sentido, baseamo-nos principalmente nas reflexões propostas por sobre sexualidade, sexo, gênero e transexualidade nas propostas de Judith Butler (1993), Michel Foucault (2015), Berenice Bento (2008), Guacira Louro (2001) e Gayle Rubin (2017); nas discussões sobre identidade provenientes de Tomas Tadeu Silva (2000), Stuart Hall (2006), Kathryn Woodward (2000) e Claude Dubar (2009); e nas reflexões sobre mídia propostas por John Thompson (2011), Pierre Bourdieu (2010) e Rosa Fischer (1997).

Estudar esses discursos em circulação em um jornal de grande alcance e influência na história do Brasil é compreender como as representações midiáticas desse grupo social são veiculadas por meio de repertórios que a própria mídia recorta, seleciona, produz e faz circular. Na maioria das vezes, esses repertórios atendem critérios e ideias dominantes provenientes da heteronormatividade, criando práticas discursivas, fazendo circular sentidos e produzindo comportamentos reais. Nesse contexto, a mídia pode auxiliar na erradicação ou realizar o reforço de formas de violência, a depender de como ela (des)constrói estereótipos e identidades.

A partir das matérias analisadas, o que percebemos foi como a mídia criou e ainda persiste em reforçar estereótipos relacionados a mulheres transexuais. A maior parte deles relacionados à falta de direitos, à criminalidade, à violência física, psicológica e simbólica. A maioria das notícias preocupam-se apenas com as questões envolvidas nos procedimentos médico-cirúrgicas a que elas se submetem (e são submetidas), bem como as implicações legais que estes procedimentos envolvem, atrelando-as quase sempre a uma negatividade. Quando elas são mencionadas em alguma notícia positiva e/ou suas vozes são ouvidas, aquilo que foi publicado geralmente as aponta como pioneiras e intenta homogeneizar todas elas, desconsiderando as várias possibilidades identitárias e as interseccionalidades que atravessam essa população tão diversa.

Um corpo no mundo: sexualidade e transexualidade

Desde nosso nascimento somos ensinados a viver socialmente e a determinar nossos próprios limites e características que terminam por nos definir. Se observarmos, percebemos que no espaço social ocorrem atos que são produtos das relações que criamos e construímos conosco e os outros. Um desses fenômenos debatidos por vários estudos é a sexualidade, que atua como um dispositivo de constituição dos sujeitos.

Isso quer dizer que além do corpo e das genitálias, a sexualidade é também “a intensificação dos prazeres, a incitação aos discursos, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências” (FOUCAULT, 2015, p. 100). Logo, ela é produto e produtora dos

¹ Os repertórios interpretativos são, em linhas gerais, as unidades de construção das práticas discursivas - o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem - que demarcam o rol de possibilidades de construções discursivas, tendo por parâmetros o contexto em que essas práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos ou speech genres (SPINK; MEDRADO, 2013, p.28).

discursos, de forma tal que eles atuam como um conjunto de “práticas que formam sistematicamente os objetos de [se] que fala” (FOUCAULT, 2012, p. 60).

E é por meio do discurso, por exemplo, que a sexualidade produz o sistema de sexo/gênero (RUBIN, 2017; BUTLER, 2003) em que tanto o sexo (até então relegado ao âmbito do natural) quanto o gênero (disposto do lado do cultural) são constituídos e funcionam como “arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana” (RUBIN, 2017, p. 11). Desse ponto, a sexualidade tem uma função normalizadora da realidade (FOUCAULT, 2015), produzindo aquilo que deve ser mantido ao mesmo tempo em que coíbe aquilo que deve ser suprimido, ou ao menos invisibilizado. Em termos práticos, no contexto desse trabalho, há um padrão de normalidade instituída com relação aos corpos, que é mantido e intensificado inclusive por aqueles corpos que não se enquadram nessa categoria, estabelecendo assim identidades e diferenças que se baseiam na configuração corporal das pessoas e a partir das quais elas são essencializadas.

Esse esquema se retroalimenta pela lógica heterossexual que é preexistente as nossas próprias existência individuais e as produz. Uma determinação que só pode ocorrer sob dois prismas básicos: masculino e feminino. Sendo assim, segue a lógica vagina-mulher-atraída por homens ou pênis-homem-atraído por mulheres, mas não apenas necessariamente nessa identificação em específico, mas em tudo que está em volta dessas definições (BENTO, 2008).

Judith Butler (2003) nota que os corpos só passam a existir por meio dos aspectos de significação (construídos socialmente) que os permeiam, como por exemplo, a materialização do gênero. Em vista disso, a performatividade é o modo a partir do qual

[...] atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado (BUTLER, 2003, p. 194).

O que Butler (2003) deixa ainda mais evidente é que o sistema sexo/gênero produz corpos por meio do conjunto de atos performativos que repetidamente são estimulados, tais como a forma de vestir, de agir nas diferentes situações e no limite a prática sexual e o desejo. E mais, que não há uma possibilidade de existência fora dessa instância de atos ou, quando há, o dispositivo se adapta novamente para enquadrá-las.

Assim, as formas de vida devem seguir a determinação dos discursos e das práticas de significação a que estão imersas, quando há o “desvio”, este serve para reforçar a norma. E aquelas formas de existência são relegadas a espaços de invisibilização e submetidas a violência físicas e simbólicas. Em suma, ao nascer somos determinados a executar um certo conjunto de atos performativos que nos constituem, esses atos são “prescritos” com base na configuração corporal que temos (penis, vagina), no limite as mulheres transsexuais não apenas vão contra os atos que lhe são determinados como também contra a própria configuração corporal que lhe dão origem.

Mediante isso, qualquer forma de (re)invenção provoca em si próprio a sensação de aversão ao normal e a indagação sobre seu papel enquanto pessoa real. Daí que a transexualidade só pode ser entendida em um contexto relacional e como contraponto da cisgeneridade. Ambas possuem uma interdependência, em que o sentido de uma acaba por se ligar ao sentido da outra em uma relação mútua (LOURO, 2001).

A transsexualidade é definida por Bento (2006, p. 18-19), como “uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”. Ou seja, a pessoa transexual não se identifica com o gênero ao qual foi criada e que a própria transsexualidade “é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a intelegibilidade dos gê-

neros dos corpos”. Analisar esse processo é notar como as regras construídas são rompidas por ver como os corpos tendem a não se adequar. Com isto, a transexualidade acontece no seio do sistema sexo/gênero como uma posição que tende a fragmentar e eclodir com as formas binárias e institucionalizadas entre masculino e feminino (BENTO, 2006).

É desse ponto de subversão que a teoria *queer* tenta entender essas relações que reforçam ou refutam o sistema sexo/gênero. Dentre elas a transsexualidade. Assim, essa teoria lidar com pessoas e ideais que não se adequam às normas que são articuladas no interior de contextos heterossexualizados e normalizantes. São formas de agir por meio de abordagens mais transgressivas, cambiantes e fluídas que não tem por objetivo definir um corpo único, mas contemplar todas as maneiras de pensar os corpos. Não é sobre pensar apenas na sexualidade, mas formas convencionais de pensar e agir consigo e com os outros (LOURO, 2001).

Dentro da lógica de gêneros construída socialmente, sujeitos transexuais são tidos como desviantes da normalização binária (DIEGUEZ, 2016). Para Butler (2003) o gênero é uma construção que se forma a partir das relações e convívios sociais em que indivíduo, ao longo do tempo, tende a constituir a identificação com aquele que melhor o representa. O binarismo sexual que é construído, dentre outros fatores, pela mídia, tanto fala de práticas desejáveis (normativas) como também cria estereótipos em torno, no caso desse trabalho, das mulheres trans.

Identities e diferenças interseccionadas

Antes de adentrar a seara midiática é preciso discutir como as questões de gênero e sexualidade se inserem no jogo das identidades contemporâneas. *A priori*, importante considerar que há muito tempo as identidades já não podem ser definidas como a essência dos sujeitos. No contexto pós-moderno, as identidades são um fenômeno social e cultural, portanto ins-táveis, mutáveis e problemáticas. Desse modo, não cabe mais pensar a identidade enquanto singular, mas sim as identidades possíveis, seja no nível individual ou no nível das identidades de grupos.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2006, p. 13).

Sob a reflexão apontada por Hall (2006), podemos afirmar que mesmo as identidades de gênero e sexualidade que tendem a ser moldadas pelas normas sociais pelo prisma biológico, não podem ter desconsiderado o caráter social e histórico de sua constituição. Portanto, estão inseridas em um contexto mais amplo de relações de poder que envolvem diferentes campos sociais (BOURDIEU, 2010), dentre eles o campo médico, científico e midiático. Em outras palavras, ao aproximarmos do nosso tema, podemos dizer que a definição do que é uma mulher transexual será produto, não exclusivamente, mas prioritariamente, dos discursos produzidos nestes campos.

Autores como Woodward (2000) e Silva (2000) concordam que a identidade é moldada a partir da diferença. “A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições” (WOODWARD, 2000. p. 41). Assim, ao definirmos, por exemplo, o ser mulher, identificamos uma série de características tidas como opostas e, portanto, diferentes dessa identidade. Historicamente os discursos médicos se voltaram para criar uma definição para a pessoa transexual como aquela que desvia da norma de sexo e gênero pré-concebida como normal e natural, e que, portanto, deve se submeter a um procedimento cirúrgico que a enquadre novamente, ao menos fisicamente, no espectro homem/mulher.

Compreender a noção de diferença nos permite entender o modo como as identidades passam por um sistema classificatório capaz de eleger algumas como corretas e desejáveis e

outras como imperfeitas ou até mesmo abjetas.

A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p. 81).

O poder para definir e classificar as identidades é o que, partindo das diferenças, sustenta binarismos e elege um dos lados como melhor ou ideal. Assim criam-se as oposições identitárias entre mulheres e homens, negros e brancos, pobres e ricos, homossexuais e heterossexuais, transgênero e cisgênero, dentre outras. Por exemplo, ao discutir as assimetrias relacionadas à constituição das identidades das mulheres, Mathieu (1996, p. 27) afirma que “sem dúvida existem gêneros ‘homem-mulher’, mas na base e no baixo da escala dos gêneros, bem existem fêmeas: sexo social mulher”.

Enquanto que por um lado, alguns grupos e pessoas possuem maior poder sobre seu processo de identificação, escolhendo para si características e atributos, por outro lado, alguns grupos possuem pouca margem para negociar os sentidos que são atribuídos às suas identidades. No primeiro caso, o processo de identificação é reivindicado e forma as chamadas “identidades para si mesmo” (DUBAR, 2009). No segundo caso do processo de identificação está a “identidade para outrem” (DUBAR, 2009), aquela que é imposta a alguém ou a algum grupo a partir de uma posição inferior na classificação das identidades e diferenças. É na articulação desses dois processos que se sustenta o argumento de que as identidades não são fixas, mas construídas a partir de fragmentos por vezes controversos. Porém é nela também que se torna visível o campo de disputas ligado ao processo de identificação, uma vez que nem todos possuem amplo poder de escolha e domínio sobre suas identidades.

Considerando que as identidades são constituídas a partir de diferentes marcadores, algumas delas irão somar uma série de características posicionadas como inferiores na escala de classificação das identidades. Por exemplo, uma mulher transexual negra e pobre certamente não estará sujeita à mesma classificação ou efeitos concretos que outra mulher transexual branca em posição de privilégio financeiro. Para refletir sobre essa dinâmica das identidades se faz necessário considerar a interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) a qual estão sujeitas. “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2002, p.10). Ao considerar essa sobreposição partimos da compreensão que algumas identidades vivem sob uma relação de uma ou mais formas de subordinação e que a diferença entre os marcadores identitários também pode ser múltipla.

Por fim, outro ponto importante a ser ressaltado no processo de construção das identidades está em seu aspecto discursivo. De acordo com Hall (2000), enquanto fenômeno social e cultural, as identidades são forjadas no interior das práticas discursivas. Ou seja, elas dependem do discurso seja para sua construção e reforço, seja para a desconstrução e resistência. Por isso a mídia, sistema simbólico e discursivo de amplo alcance (THOMPSON, 2011), deve ser vista como um espaço de constituição das identidades pelas práticas discursivas que produz, naturaliza e faz circular na sociedade.

Mídia, práticas discursivas e relações de poder

De acordo com Silva (2000) as identidades necessitam do processo de representação para existirem. “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade” (SILVA, 2000, p. 91). O processo de representação pode se dar de diferentes formas, mas sem dúvidas, a produção discursiva é um *locus* privilegiado capaz de determinar características esperadas ou ainda criar e reproduzir estereótipos sobre as diferentes identidades. As representações às quais temos acesso tendem a oferecer imagens pré-concebidas de determinados grupos sociais, moldando nossa opinião sobre estes e até o próprio modo como estes grupos se percebem.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações é que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2000. p. 17).

As diferentes mídias têm alcançado um papel cada vez mais importante nas sociedades contemporâneas globalizadas, tornando-se sistemas simbólicos por excelência, responsáveis pela circulação da informação, conteúdos simbólicos e práticas de significação (THOMPSON, 2011). Os conteúdos midiáticos são considerados então amplos produtores de sentidos, que mediam as relações entre as pessoas e seus contextos, as leituras que fazem do mundo e o modo como se relacionam com os outros e consigo mesmas.

Todo esse potencial simbólico e amplitude de ação faz com que o campo da mídia (BOURDIEU, 2010) seja considerado como *lócus* no qual relações de poder se criam, especialmente considerando que ele atua diretamente na produção e circulação de discursos sobre o mundo. Ainda que haja por parte de alguns conteúdos midiáticos a pretensão de neutralidade e imparcialidade, os meios de comunicação são indústrias que servem a grupos e interesses específicos e, portanto, corroboram para a criação de realidades sob perspectivas selecionadas. Além disso, considerando o contexto de destaque que possui na produção discursiva contemporânea e que, segundo Foucault (2004, p. 55), os discursos são práticas que sistematicamente “formam os objetos de que falam”, podemos considerar que a mídia tem um importante papel na formação das identidades e diferenças.

A mídia, nesse sentido, atua na sociedade constituindo aquilo que Thompson (2011) caracteriza como “mundanidade mediada”, ou seja, a capacidade que os veículos de comunicação têm de nos dar acesso a uma “compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal” de maneira tal que tanto essa compreensão como nosso lugar no mundo “está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p.38). Isso acontece porque a mídia tem o poder de produzir e fazer circular repertórios e formas discursivas que resultam na produção de sentidos sobre o mundo.

A finalidade das grandes empresas de comunicação, aliás, é essa: fazer circular amplamente discursos cuja origem é difusa, múltipla e às vezes de difícil localização. Porém, mais do que “colocar no ar” uma série de enunciados de várias formações discursivas - formações que disputam na sociedade uma espécie de hegemonia das significações -, a mídia constrói, reforça e multiplica enunciados propriamente seus, em sintonia ou não com outros discursos e outras instâncias de poder (FISCHER, 1997, p. 65).

Ou seja, o campo midiático possui toda uma lógica de funcionamento própria que sustenta relações de poder responsáveis por manter até mesmo a legitimidade do próprio campo. O jornal, por exemplo, material de análise deste trabalho, é um meio de comunicação que perdeu certo espaço ao longo do tempo para os novos meios que adentravam o cenário midiático, mas nunca deixou de ser referência em relação à noção de verdade. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016, apesar da televisão ser o meio preferido para se informar, os jornais são considerados o meio mais credível, uma vez que 60% dos leitores confiam sempre ou muitas vezes naquilo que é noticiado (BRASIL, 2016).

Desse modo, é possível afirmar que a opinião pública a respeito dos fenômenos e identidades sociais é amplamente afetada pelas práticas discursivas produzidas pelo campo da mídia (BOURDIEU, 2010). Por esse motivo, este trabalho dedicou-se mapear os sentidos e repertórios linguísticos ligados à construção da identidade da mulher transexual ao longo do tempo no jornal Folha de S. Paulo, entendendo que os discursos midiáticos são imprescindíveis para compreender a história, a formação e representação dessas pessoas.

Metodologia

Esta pesquisa possui caráter qualitativo e tem como abordagem teórica metodológica, o construcionismo social, os estudos culturais, de gênero e as teorias feministas. Essas abordagens nos darão conhecimentos científicos para entender como fenômenos ligados à identidade e mídia circulam por meio de construções desenvolvidas dentro do discurso da sociedade atual.

Uma das características da abordagem do construcionismo social é possibilitar uma atitude crítica diante tudo que é tido como uma verdade absoluta, ou ainda, fenômenos que são considerados como naturais (MELLO et al, 2007). Sob essa perspectiva, consideramos que não há uma única verdade, mas várias versões sobre o mesmo ato que devem ser observados por meio de aspectos que o tornaram como real absoluto.

A escolha do meio e veículo de comunicação é decorrente do nível de confiança no jornal, da tradição, do reconhecimento e também da possibilidade de acesso àquilo que foi publicado, todos elementos presentes no Jornal Folha de S. Paulo. Para a busca das notícias no acervo do jornal² usamos a ferramenta “busca avançada” com o comando “exatamente esta frase” e três descritores: “mulher trans”, “transexualidade” e “transex”, utilizamos a ferramenta “busca avançada” com a opção “exatamente esta frase”. Não foi determinado um período para a busca desses descritores, abarcando toda a linha temporal do jornal. Isso foi ponto chave para a análise, pois era preciso analisar também uma construção identitária em sua amplitude temporal, a fim de observar como esses sentidos alteraram-se a partir de mudanças sociais.

Mesmo havendo resultados que tratem sobre homens trans, não os utilizamos por fugirem ao objetivo deste trabalho. Também priorizamos as matérias e notícias jornalísticas, excluindo as menções nos classificados e a publicidade cultural. Em todo o caso, os anúncios presentes nesse caderno fazem referência ao trabalho sexual de travestis e mulheres transexuais. Já a publicidade cultural se resume principalmente aos anúncios de peças, obras ou produções artísticas que tratavam sobre transexualidade ou criadas por pessoas transexuais.

Em relação ao material disponível no acervo do jornal tivemos os seguintes resultados prévios: O termo “mulher trans” apresentou um total de 186 resultados, nos quais identificamos 53 resultados para o recorte específico, 10 para publicidade cultural e 7 classificados. O termo “transexualidade” retornou 128 resultados, sendo 39 para recorte específico, 30 para publicidade cultural e 0 classificados. Já o termo “transex” resultou em 508 menções, dos quais 9 são de recorte específico, 59 presentes em publicidade cultural e 372 nos classificados. Em números totais, os três termos apresentaram 822 matérias e reportagens que, uma vez filtradas para o recorte específico, sinalizam 101 resultados válidos.

Dos resultados presentes nos Classificados e entre a Publicidade Cultural, a busca com o termo “transexualidade” apontou 0 resultados para classificados e 30 para publicidade cultural. Já com “mulher trans” foram 7 em classificados e 10 em publicidade. Finalizando, “transex” deu 372 classificados e 59 anúncios publicitários de conteúdo cultural.

Mediante o número total de textos encontrados, realizamos uma análise prévia para a escolha de matérias que se relacionassem com os objetivos propostos no trabalho. Assim, aquelas que faziam apenas citação dos termos de um modo geral, não foram selecionadas, já que o enfoque são as matérias com algum desenvolvimento textual sobre a temática. Após essa segunda seleção, restaram 83 textos para a análise.

Uma vez filtrado o material coletado, partimos para a análise mapeando os sentidos. As informações encontradas são realocadas inicialmente em um mapa de associação proposto Spink (2013) e adaptado por Flávia Santos (2019). Nesse quadro, as publicações do jornal são divididas em: data, referência (contém sessão do caderno de notícias, página e descritor), título e resumo (área e trechos), os quadros serviram para balizar as análises, porém foram suprimidos do trabalho dada a quantidade determinada de páginas. A análise do material segue a proposta metodológica para o estudo das práticas discursivas e produção de sentidos proposta por Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013).

² <https://acervo.folha.com.br/index.do>

Mapeando sentidos

O primeiro elemento a se destacar entre as reportagens encontradas é a quantidade de menções presentes nos Classificados do jornal, as quais chegam a superar de longe tanto as notícias como também as publicações relacionadas a conteúdo cultural envolvendo mulheres transexuais, especialmente sob o descritor “transex”. É importante salientar que esses classificados contabilizados são todos relacionados à prostituição. Dessa forma, é reforçado o estereótipo da mulher transexual como prostituta, generalizando a população. Por outro lado, não se pode negar também que o preconceito e a falta de oportunidades no mercado formal, não possibilita muitas escolhas a essas mulheres, fazendo com que a prostituição seja uma via de sobrevivência. No Brasil, o número de pessoas trans mortas supera todo o resto mundo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), em contraponto, um dos maiores acessos a pornografia transexual, reside também aqui, segundo dados divulgados pelo site Pornhub³, citados por Benevides (2020), os quais indicam um crescimento de 98% na busca do termo “*transgender*” dentro do país.

Como um dos objetivos neste trabalho é notar como e quais sentidos a respeito das mulheres transexuais foram produzidos e circulam na mídia ao longo do tempo, é importante discorrer sobre as datas relativas às matérias encontradas. Percebemos que a transexualidade esteve entre os assuntos de publicações a partir de 1980 e seu ápice na década de 2010, se mantendo no topo até por volta de 2018 e decaindo a seguir.

Com o recorte temático realizado, percebemos que a questão transexual começa a ser noticiada no jornal na década de 1980. Isso pode ter surgido por meio das discussões que estavam em voga naquele momento, uma vez que a transexualidade tinha acabado de ser definida como uma doença (DIAS; ZENEVICH, 2014). Foi em 1966, com o lançamento de “O fenômeno transexual” pelo endocrinologista Harry Benjamin, que houve a divulgação de informações sobre a construção do diagnóstico. Na obra, o médico categoriza uma pessoa transexual como a pessoa que sentia repulsa pelo próprio órgão sexual e tinha como única opção de tratamento o processo cirúrgico de redesignação sexual.

As informações passaram a circular e ganhar visibilidade, não apenas no âmbito médico, mas também nas dinâmicas sociais. Nota-se isto nas primeiras notícias que identificadas no jornal, pois buscavam desvendar quais seriam os motivos que tornariam uma pessoa transexual. Como por exemplo, “Um dos fatores da transexualidade poderia ser genético e estar ligado a alterações em áreas cerebrais que influenciam no comportamento sexual”⁴ ou ainda, “... novos métodos para resolver os problemas ligados à transexualidade humana (pessoas que não apresentam todas as características do mesmo sexo)...”⁵. Aparentemente havia uma necessidade de explicitar a razão dessas mudanças, e como a genética poderia resolver esse “problema”, reforçando a heterossexualidade como normal e sadia em contraposição a transexualidade doente que necessita de intervenção.

Exibir e noticiar a “descoberta da transexualidade”, bem como a novidade dos métodos médicos-cirúrgicos e tratar essas pessoas como “portadoras” de um problema “genético” que precisa ser resolvido, intensifica a “posição de ‘doente’” e usa a voz de especialistas como uma estratégia de poder em que “o centro acolhe com prazer os habitantes da margem para melhor excluí-los” (BENTO, 2008, p. 22).

Nesse mesmo período estava em eclosão o surto de aids, ocasionada por relações sexuais desprotegidas. Por haver maior proliferação inicialmente entre homossexuais, construiu-se o estigma da “peste gay”, inclusive, já citado em notícia⁶ no jornal Folha de S. Paulo. Diante disso, muitas foram as informações que correlacionaram a doença com a transexualidade, como exposto no trecho “Logo que apareceu, os diagnósticos apontavam como fruto de relações

3 Pornhub é um site gratuito em que os usuários podem compartilhar e visualizar vídeos de pornografia.

4 Página nº 6, título da matéria “Fatores biológicos atuantes no comportamento sexual”, publicada em 22 de Maio de 1983.

5 Página nº 20, título da matéria “Descoberto o gene responsável pela determinação do sexo das pessoas”, publicada em 24 de Abril de 1988.

6 Página 15, título da matéria «Doença dos homossexuais» atinge o país», publicada em 8 de junho de 1983.

homossexuais, depois como sendo transmitido para outros meios também. Afinal, difundiram-se a bissexualidade, a transexualidade, quanta coisa mais”⁷.

Sobre as áreas nas quais esses textos foram publicados, após uma leitura prévia do material selecionado e organização dos conteúdos em relatório específico, as notícias foram categorizadas a partir de temáticas mais evidentes da maior para a menor. Pudemos notar como algumas prevaleceram em razão de outras, ficando com a seguinte ordem decrescente: médica/científica, jurídico, artes, política, cidadania, religião, esporte, educação e cultura.

Na área médica/científica, na qual houve a maior ocorrência de matérias, agrupamos todo o conteúdo que trata prioritariamente sobre questões de saúde. Nisto, tivemos dois pontos principais que foram mais citados: a cirurgia de redesignação sexual e o hiv. No início, as matérias sobre cirurgia eram mais relacionadas aos processos de autorização, como exemplo: “... um laudo médico dizendo que, embora carregue nome e sexo de homens, ela é psicologicamente mulher. O laudo significa que, para ela, a cirurgia é indicação médica”⁸ ou “Os pacientes, homens ou mulheres, devem ser comprovadamente transexuais”⁹. Ou ainda, sobre a restrição da cirurgia, uma vez que, era um procedimento recente, realizado em poucos hospitais, como: “De acordo com ele, o hospital vai realizar um número restrito de cirurgias de mudanças de sexo”¹⁰.

Muitos médicos também não aceitavam realizar esse tipo de procedimento e atacavam outros que realizavam, como por exemplo, o professor do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina e coordenador do setor psicoterapia forense do Departamento de Medicina Legal Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Décio Silveiro que deu uma entrevista ao jornal em 1997 em que afirmava que “um dos maiores problemas do transexualismo é automutilação do indivíduo”¹¹.

Ao passo que as matérias avançam no tempo, a cirurgia começa a ganhar outras referências. Após legalizada no Brasil, em 2008, os conteúdos passaram a adquirir um maior enfoque em relação aos métodos de aprovação daquelas mulheres que podem ou não fazer o procedimento, as dificuldades envolvidas no acesso a ela via Sistema Único de Saúde ou os custos envolvidos na rede privada.

Ainda esteve presente nessa área temática outras notícias ligadas à questão da transexualidade tendo como foco ou tratando-a como doença, principalmente, porque ela estava inscrita no Código Internacional de Doenças (CID) até 2019. No código, transexualidade era tida como disforia de gênero, mais propriamente como uma pessoa que constantemente sente pertencer ao gênero oposto ao que foi designado ao nascer.

Na área jurídica, as matérias e notícias foram agrupadas em conjunto quando o enfoque era o campo das leis. Com isto, as informações no início eram muito relacionadas a proibição das cirurgias, tais como, “a cirurgia de mudança de sexo em transexuais configura crime de lesão corporal gravíssima. Segundo ela, o juiz não pode autorizar essa intervenção médica”¹²; “Aqui se encerra a possibilidade de ajuda. A lei brasileira proíbe cirurgias, que passam a ser realizadas de forma ilegal”¹³ e a questão da troca de documentos de identificação, com a etiqueta “operada”, como: “Mas há uma exigência: constar a ressalva ‘operada’”¹⁴; “Mesmo parecendo um homem, uma mulher trans não pode usar documentos masculinos, porque estaria cometendo crime de falsidade ideológica”¹⁵.

Assim, ao mesmo tempo em que o discurso em circulação no jornal tira a mulher transexual do contexto das notícias médicas, ele passa a criminalizá-la por falsidade ideológica

7 Página nº 30, título da matéria “O fantasma”, publicada em 24 de Junho de 1987.

8 Página nº 3, título da matéria “Autorizados têm nova esperança”, publicada em 24 de Setembro de 1997.

9 Página nº 3, título da matéria “Brasileiro agora pode mudar de sexo”, publicada em 24 de Setembro de 1997.

10 Página nº 1, título da matéria “Hospital tem seis interessados em fazer a operação”, publicada em 15 de Abril de 1998.

11 Página nº 172, título da matéria “Médico alerta para risco de mutilação transexual”, publicada em 05 de outubro de 1997.

12 Página nº 40, título da matéria “Brasil considera lesão corporal”, publicada em 21 de março de 1993.

13 Página nº 41, título da matéria “Cirurgia ilegal causa mais sofrimento”, publicada em 21 de março de 1993.

14 Página nº 41, título da matéria “Alteração consta em documentos”, publicada em 21 de março de 1993.

15 Página nº 57, título da matéria “Cirurgia de sexo é vista como crime”, publicada em 25 de junho de 1995.

(pela ausência de documentos que a reconheçam com o sexo que ela se identifica), bem como tenta constranger os poucos médicos dispostos a fazer o procedimento.

Entre a década de 1990 e início dos anos 2000, tanto a cirurgia quanto os documentos começam a ser legalmente autorizados e o conteúdo altera-se em certo ponto. Por mais que as pessoas transexuais conquistem seus direitos, ainda há muito retrocesso e impedimentos que dificultam o acesso a essas liberdades “Enquanto no INSS está claro o direito das pessoas trans, há dúvidas nos regimes dos servidores”¹⁶; “O cartório não aceitou seu nome como genitora biológica da criança”¹⁷. Em certo momento ainda é citado que, por essas mulheres terem sido criadas até certo ponto da vida como homens, tendem a cometer mais crimes, exemplificado aqui “Não pretende estimular o preconceito, mas lembra que a questão de gênero é essencial para a compreensão da criminalidade sexual e violenta (de fato, homens cometem mais crimes que mulheres) e que este fator se manteria inalterado quando homens adotam identidades femininas”¹⁸. Isso só tende a reforçar o estereótipo de gênero, transparecer uma ideia equivocada como se fosse universal para todas essas pessoas. Por outro lado, um dos pontos principais em todo esse recorte, é a divulgação da inclusão de mulheres trans na Lei Maria da Penha a partir de 2019.

Na área temática de artes, foram agrupados assuntos relacionados à televisão, teatro, produção literária, música, cinema e arte *drag*¹⁹. Importante a discussão desses temas com pessoas transexuais, como forma de demonstrar seus trabalhos e como isto tem contribuído para a mudança de percepção social, conforme um dos textos relata: “... ajuda a compreensão de que pessoas trans podem exercer qualquer atividade”²⁰. Nessa área ainda percebemos que ainda há uma inferência sufixo “ismo”, que tende a denotar para uma relação de patologização “Uma peça sobre travestis e transexuais que não é fixada em ‘travestismo’, submundo da prostituição ou outros impulsos antropológicos ou sociais. ‘Transex’ fala de amor, sobretudo”²¹.

Mesmo que as reportagens nessa categoria represente algum avanço e indique o trabalho das mulheres transexuais para além do sexo, ainda persistem certas violência e apagamentos que podem ser percebidas nesse trecho “sua popularidade aponta para avanços notáveis, embora precários, dela e de seus poucos pares na cultura popular brasileira”²², ou na menção à cantora Liniker em uma entrevista “Ela comemora o espaço conquistado por artistas LGBT, mas se entristece com o tratamento reservado a mulheres trans, inclusive ela”²³.

Na área de política, foram incluídas notícias que tinham como temas candidatas transexuais, projetos do governo/prefeitura ou conteúdos que fossem ligados a movimentos, como o feminismo. Pode-se notar que em relação ao feminismo, há correntes que concordam com a inclusão dessas mulheres, como exemplo: “... o movimento ampliou suas bandeiras e incluiu em sua agenda demandas de mulheres negras, lésbicas, travestis e transexuais”²⁴; e outros contrários: “Tanto para a escolha da reforma política como bandeira principal para o ato deste domingo, a participação da população T (travestis e transexuais) está longe de ser um consenso entre as diversas correntes”²⁵. As notícias também apontam que os números de candidatas trans para eleições está aumentando, porém, com representatividade ainda pequena ante ao

16 Página nº 23, título da matéria “Idade menor para aposentadoria da mulher deixa servidor trans no limbo”, publicada em 14 de maio de 2017.

17 Página nº 31, título da matéria “Mãe trans é impedida de registrar seu filho biológico em cartório no RS”, publicada em 27 de agosto de 2018.

18 Página nº 34, título da matéria “Supremo, gênero, prisão”, publicada em 10 de março de 2018.

19 Arte drag está ligada à questão de performance, com a participação de quaisquer pessoas. Não possui relação com orientação sexual, gênero ou sexo.

20 Página nº 52, título da matéria “Contratada pela Universal, As Bahias e a Cozinha Mineira lançam canção-denúncia”, publicada em 29 de janeiro de 2019.

21 Página nº 6, título da matéria “Grupo Satyrus encena o amor transexual”, publicada em 23 de setembro de 2004.

22 Página nº NY6, título da matéria “Modelos transgêneros põem cordialidade brasileira a prova”, publicada em 01 de março de 2014.

23 Página nº 37, título da matéria “Não mexa comigo”, publicada em 11 de junho de 2017.

24 Página nº MA6, título da matéria “Mosaico Feminista: O movimento na era da dispersão”, publicada em 8 de março de 2015.

25 Página nº MA6, título da matéria “Mosaico Feminista: O movimento na era da dispersão”, publicada em 8 de março de 2015.

tamanho da população trans no Brasil “... pela primeira vez, mulheres trans disputam um cargo majoritário no país”; as notícias também apontam que essas mulheres “...fazem parte de uma minoria transexual que tem acesso ao ensino superior”²⁶.

Na área da cidadania, foram incluídas aquelas matérias relacionadas ao âmbito social, como projetos de terceiro setor, ações em conjunto, ocupação de lugares por pessoas trans ou ainda o envelhecimento dessa população. Todos os direitos que essas pessoas deveriam ter, muitas vezes são lhes renegados junto a expulsão de casa “Isso porque a Casa Chama surgiu da necessidade de acolher pessoas trans em situação de vulnerabilidade”²⁷; e apenas ONGs conseguem trazer esse auxílio e reinserção social, além de provocar a discussão sobre isso. “Segundo Marcel Borges, avanços em relação à discussão de identidade de gênero começaram e têm apoios de algumas organizações, mas o caminho ainda é longo”²⁸. Ações de políticas públicas só são implementadas depois da ocorrência de casos violentos, ou pela pressão exercida pela comunidade trans: “A implementação dos banheiros e das políticas varia. Algumas partem de demandas de trans, outras surgem após agressões”²⁹.

Na área de religião, foram alocados os conteúdos que tinham na maior parte das vezes, entrevistas ou depoimentos com membros de entidades religiosas. Essas reportagens quase sempre trazem pessoas que não aceitam a transexualidade no contexto do seu pensamento religioso e acreditam que a “resolução” está pautada na fé e/ou nas práticas religiosas. Como nos trechos: “Segundo o padre Márcio Fabri, presidente da Sociedade de Teologia e Ciência da Religião, o problema do transexual não pode ser resolvido com uma simples intervenção cirúrgica”³⁰; “É preciso estudar [a transexualidade], o fato de não se aceitar ou de se dar uma identidade oposta àquilo que se é pelo corpo. Precisa ver os motivos por que a pessoa não se aceita, se isso tem causas, e provavelmente tem, causas externas. E não ser visto simplesmente como uma coisa absolutamente normal”³¹. É importante observar isso, pois a religião é um dos pontos centrais de disseminação de ideias, e o modo como ela constrói essa pessoa transexual pode influenciar no comportamento de quem os ouve em suas igrejas e templos.

Já na área temática de esporte, as matérias estão ligadas à questão da participação de mulheres trans em times femininos. Muito se discute sobre isso em outros meios, mas no jornal são poucas as notícias. Sempre é citada a questão da construção do que é ser mulher: “A tarefa passa por questionar o que define uma mulher”³². Porém, ainda em outro campo, mas ainda no esporte, torcidas femininas estão começando incluir mulheres trans como informa a notícia que diz que “o coletivo Elis Vive reúne cerca de 40 gremistas que lutam para fazer do estádio um espaço de diversidade e inclusão, com torcedoras trans, negras e com deficiência”³³.

Na área da educação, fala-se sobre a presença dessas mulheres tanto como professoras quanto como alunas. Percebe-se que buscam por explicitar como a participação ainda é considerada baixa: “Na Colômbia, são raras as educadoras transgêneros”³⁴. Esses números baixos, podem implicar diretamente na qualificação de mão de obra, o que dificulta que elas consigam empregos estáveis: “No Brasil, uma pesquisa online feita em 2017 pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação apontou 90 profissionais transgênero atuando no país”³⁵. E pior, por mais

26 Página nº ES6, título da matéria “Candidatxs: Transexuais ganha visibilidade na eleição e disputam prefeituras”, publicada em 20 de setembro de 2016.

27 Página nº 30, título da matéria “Festival reúne artistas trans contra o ‘cis’tema”, publicada em 19 de junho de 2019.

28 Página nº 30, título da matéria “Casa acolhe e reaproxima jovens LGBT no mercado de trabalho e das famílias”, publicada em 17 de junho de 2017.

29 Página nº 30, título da matéria “Banheiros unissex ganham espaço em universidades federais e privadas”, publicada em 22 de julho de 2018.

30 Página nº 40, título da matéria “Igreja só aprova em hermafrodita”, publicada em 21 de março de 1993.

31 Página nº C2, título da matéria “Para falar de esperança”, publicada em 25 de dezembro de 2016.

32 Página nº B8, título da matéria “Jogadora transexual de vôlei ganha aval para disputar torneio”, publicada em 19 de março de 2017.

33 Página nº 38, título da matéria “Com nome de Elis Regina, gremistas criam torcida feminista”, publicada em 11 de maio de 2019.

34 Página nº 16, título da matéria “Professoras trans buscam quebrar tabu na América do Sul”, publicada em 04 de novembro de 2018.

35 Página nº 16, título da matéria “Professoras trans buscam quebrar tabu na América do Sul”, publicada em 04 de novembro de 2018.

que alcancem direitos essenciais, o medo do preconceito ainda reina, uma vez que *“apesar das barreiras quebradas, educadoras trans no Brasil temem retrocesso”*³⁶. Já sobre as alunas, esse número está em crescimento com expectativas de que se torne maior ao longo dos anos: *“Em toda a rede pública são 755 alunos transgêneros em 5.400 escolas, número 48% maior em relação ao ano anterior”*³⁷.

Na área cultural, o foco das reportagens foi principalmente na questão regional sulista. Fala-se sobre a presença de uma mulher trans na comunidade tradicionalista do Sul, demonstrando que o preconceito contra pessoas trans pode se tornar mais forte *“A transexualidade é mais marginalizada. Não é de hoje que gays participam do movimento. Mas como está vestido de peão e passa por peão, o preconceito é menor”*³⁸. Porém, até pelos próprios relatos, é reafirmado que é um local conquistado por direito *“Estou exercendo meu direito ao pertencimento, direito a ocupar espaços até então considerados impossíveis”*³⁹.

Por meio desses aspectos que nos ajudaram a estabelecer formas de identificar e analisar as matérias a partir dos repertórios, percebemos inicialmente certos sentidos que vinham sendo desenvolvidos. Com isto, pode-se observar que em diversas notícias com conteúdos diferentes, notou sempre o uso dos repertórios “única” ou “primeira”, como referência ao fato de que pessoas trans estão, só agora, a começar seu processo de ocupação em lugares que são seus por direitos.

Exemplos que podem ser percebidos nos seguintes trechos: *“Única docente trans na cidade”*⁴⁰; *“... ela será a primeira transexual a jogar uma partida oficial entre equipes femininas no Brasil”*⁴¹; *“Tiffany Abreu, 34, primeira jogadora transexual na Superliga feminina de vôlei, sabe que não tem uma longa carreira pela frente”*⁴²; *“É assim que ela dá a notícia de que será a primeira pessoa trans a assumir um posto dessa importância na Condé Nest”*⁴³; *“Primeira deputada transexual da história da Assembleia Legislativa de São Paulo...”*⁴⁴; *“... pela primeira vez, mulheres trans disputam um cargo majoritário no país”*⁴⁵; *“... é a primeira das Américas a garantir espaço físico para que Muçulmanos LGBTQ+ possam exercer sua fé fora do armário sem medo de discriminação ou violência”*⁴⁶.

Podemos também perceber com estes trechos acima citados, que usar esses repertórios que denotam iniciação, deixa subentendido que tudo é possível a partir daquela ação. Por consequência, há o desenvolvimento de um ideário meritocrático, que se baseia na questão em que oportunidades estão sendo dadas e a partir de agora cabe a essas pessoas se esforçarem para ocupar esses espaços. No entanto, isso acaba por desconsiderar outros aspectos relacionados à realidade marginalizada da maior parte dessas pessoas. Por mais que seja um avanço ter a primeira mulher transexual obtendo seus direitos, ainda há muita luta a ser realizada, para que todas as outras possam conseguir igualmente. Não se deve olhar apenas casos isolados, mas como a população em geral é atendida por meio dos direitos que são por lei delas.

36 Página nº 16, título da matéria “Professoras trans buscam quebrar tabu na América do Sul”, publicada em 04 de novembro de 2018.

37 Página nº 32, título da matéria “Colégio tradicional de SP tem maior número de alunas trans”, publicada em 17 de dezembro de 2019.

38 Página nº 30, título da matéria ““Não quero impor nada ao movimento, mas apenas ser aceita e respeitada””, publicada em 21 de julho de 2019.

39 Página nº 30, título da matéria ““Não quero impor nada ao movimento, mas apenas ser aceita e respeitada””, publicada em 21 de julho de 2019.

40 Página nº 16, título da matéria “Professoras trans buscam quebrar tabu na América do Sul”, publicada em 04 de novembro de 2018.

41 Página nº B8, título da matéria “Jogadora transexual de vôlei ganha aval para disputar torneio”, publicada em 19 de março de 2017.

42 Página nº 31, título da matéria “Querem proibir as pessoas trans de buscar um tipo de vida digno”, publicada em 15 de outubro de 2019.

43 Página nº 6, título da matéria “Editora discutirá situação trans do país”, publicada em 14 de fevereiro de 2018.

44 Página nº 6, título da matéria “Primeira trans na Assembleia quer ‘mandata’ com foco em minorias”, publicada em 19 de março de 2019.

45 Página nº ES6, título da matéria “Candidatxs: Transexuais ganha visibilidade na eleição e disputam prefeituras”, publicada em 20 de setembro de 2016.

46 Página nº 14, título da matéria “Trans funda mesquita para acolher muçulmanos LGBTQ”, publicada em 08 de março de 2019.

Ao longo das análises, pode-se considerar que os conteúdos não são replicados da mesma forma. Houve uma mudança em relação às informações, mas não em relação aos formatos e áreas. Mesmo depois de quase 40 anos após as primeiras matérias sobre transexualidade, parece que só há espaço nas áreas médica/científica e jurídicas para debater. Mesmo que haja um número significativo no campo das artes, em nenhuma outra área temática essa quantidade sobe expressivamente. Não se expõe tanto sobre política, educação, esportes ou até mesmo de projetos positivos e úteis desenvolvidos por pessoas trans no âmbito da cidadania. Parece não haver pessoas transexuais em tantos outros assuntos, principalmente, sobre ciência ligado a pesquisas inovadoras e revolucionárias. Devemos ressaltar também que conteúdos sobre envelhecimento são raros, já que no país onde a expectativa de vida de uma mulher trans é 35 anos, provavelmente, não acreditam que ela chegará à velhice.

Considerações Finais

A questão da produção de sentidos em torno sobre as identidades das mulheres transexuais no jornal Folha de S. Paulo é ainda problemática. Temporalmente alguns avanços são percebidos, mas ainda existe uma persistência sobre os mesmos pontos de estereótipos que foram construídos ao longo de um século. Mulheres transexuais ainda são descritas como pessoas doentes que buscam nas cirurgias de redesignação sexual uma cura, desconsiderando todas aquelas que não desejam se submeter a cirurgia.

Outro ponto que transparece é que mesmo nessa última década ainda existem menções ao passado masculino, como uma cicatriz que serve para reforçar a ideia de uma incompletude, de parte da vida tendo sido perdida porque foi vivida com outra designação sexual. Nesse contexto, esses sentidos criam e cristalizam um binarismo entre um verdadeiro e um falso, em que a mulher trans serviria apenas para intensificar o biologismo essencializante da mulher cis.

Outro olhar advém da persistência em negar seus direitos civis, impedindo que sejam capazes de alcançar objetivos que já estão inseridas em contextos de privilégios cisgênero. Por meio disso, percebemos como as discussões em torno das identidades de gênero precisam ainda ser maiores e mais intensas, pois só a partir de uma reeducação sexual e política, conseguiremos mudar essa situação. A cada ano o número de mortes de pessoas trans só aumenta, tornando-se urgentes que medidas de intervenções sejam mobilizadas e os direitos reivindicados.

Importante ressaltar que as mulheres transexuais não devem ser procuradas pelos jornais apenas para tratar de transexualidade. É mais que essencial, mostrar que pessoas transexuais estão ocupando outros espaços que pareciam ser impossíveis há alguns anos, a fim de provocar uma visão mais positiva sobre a vida da mulher. Essas mulheres precisam estar onde deveriam estar há anos: em salas de aulas, locais de trabalho e seguras dentro de si próprias.

Referências

BENEVIDES, Bruna. Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos). **Revista Híbrida**, 2020. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>. Acesso em: 27 set 2020.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (orgs) **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. p. 151-166.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2016.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

DIEGUEZ, Roberta S. M. **A mulher transexual no discurso contemporâneo: um estudo de caso**. Demetra, Rio de Janeiro, v. 3, n. 11, p. 521-538, nov. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/22426>. Acesso em: 14 jul. 2020.

DIAS, Maria Berenice; ZENEVICH, Letícia. Um histórico da patologização da transexualidade e uma conclusão evidente: a diversidade é saudável. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito**, Paraíba, n. 02, p. 11 - 23, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index> Acesso em: 01 set 2020.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

Em 2019, 124 pessoas trans foram assassinadas no Brasil. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/29/em-2019-124-pessoas-trans-foram-assassinadas-no-brasil>. Acesso em: 24 jul 2020.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Educação e sociedade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 59-80, jul./dez., 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71363>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1976.

FOUCAULT, Michael. Tecnologias de si. **Verve**, v. 6, p. 321-360, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5017>. Acesso em: 10 mar. 2020.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

LOURO, G. L. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 541 - 553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 01 set 2020.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexual, sexed and sex-class identities: three ways of conceptualizing the relationship between sex and gender. In: LEONARD, Diana; ADKINS, Lisa (Eds) **Sex in question: French materialist feminism**. Oxon: Taylor&Fancis, 1996 [1989], p. 42-71.

MÉLLO, R. P.; SILVA, A. A.; LIMA, M. L. C.; DI PAOLO, A. F. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19 n. 3, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300005. Acesso em: 01 set. 2020

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 150-182, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em: 01 set 2020.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2013. p. 22-41.

RUBIN, G. **Políticas do sexo: Gayle Rubin**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. São Paulo: Editora Vozes, 2011.

WOODWARD, Kathryn. A identidade e a diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

Recebido em 26 de abril de 2021.

Aceito em 20 de agosto de 2021.